



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 176/XIII/1ª

PELA REPOSIÇÃO DAS QUOTAS LEITEIRAS NA UNIÃO EUROPEIA E PROTEÇÃO DA FILEIRA DO LEITE PORTUGUÊS

Em Portugal existem cerca de 7000 explorações leiteiras com uma grande capacidade produtiva e condições tecnológicas das mais eficientes no mundo. O setor leiteiro emprega direta e indiretamente cerca de 100 mil pessoas. São gerados pela fileira do leite português cerca de 2 mil milhões de euros, desde a produção à transformação de produtos lácteos. A sua relevância económica e social, bem como a sua importância na autossuficiência alimentar, são inquestionáveis.

Trata-se de um setor com carácter estratégico que se encontra gravemente ameaçado. Segundo dados do Observatório Europeu do Mercado do Leite, 2015 foi extremamente negativo para o setor leiteiro. O ano em que terminou o regime das quotas leiteiras na União Europeia acabou com um preço médio pago ao produtor português à volta dos 28 cêntimos por litro - menos 6 cêntimos do que em dezembro de 2014, 2 cêntimos abaixo da média da UE. Mais recentemente, já em 2016, chegamos relatos de produtores que recebem 17 cêntimos por cada litro de leite que produzem, valor claramente abaixo do custo de produção, estimado em 34 cêntimos por litro e com tendência para aumentar no futuro.

Os nossos vizinhos galegos, igualmente afetados pelo fim das quotas leiteiras, reagem violentamente à entrada de leite português em Espanha e impedem a passagem dos nossos camiões em território espanhol.

O excesso de leite produzido na UE com a liberalização, devido ao desequilíbrio entre a oferta e a procura internas, cruza-se com a quebra das cotações da manteiga e do leite em pó, o embargo da Rússia aos produtos agroalimentares da UE e o abrandamento das importações pela China.

O chamado “pacote leite” da UE, que pretendia uma melhor contratualização da produção, tem limitações já reconhecidas pelos próprios legisladores. O Observatório do Mercado do Leite não demonstra, por si só, qualquer capacidade para enfrentar esta situação.

Os agricultores acumulam dívidas a fornecedores, abatem animais, cortam na sua alimentação e, muitos deles chegam ao fim do mês sem rendimento disponível, obrigando-se a abandonar o setor e mesmo a atividade agrícola. Nestas condições, é praticamente impossível viver da produção de leite em Portugal.

Uma análise séria deste panorama de crise só poderá concluir que o fim do regime das quotas, sem prever o impacto dessa decisão nos agricultores portugueses e demais parceiros europeus, constitui o principal problema responsável pela atual situação. A “aterragem suave” de que falava a Comissão Europeia, referindo-se ao fim das quotas leiteiras, veio a tornar-se num estrondoso desastre para a agricultura.

Os mecanismos que obriguem a uma divisão mais justa de custos e lucros, e os propalados compromissos entre a produção e a grande distribuição, tardam em chegar. Em vez disso, continuamos a importar uma enorme quantidade de produtos lácteos, originando um défice de 200 milhões de euros para o setor, e os desequilíbrios entre regiões produtoras na UE tendem a agravar-se.

Sem uma posição firme e resoluta do Governo junto dos nossos parceiros da UE (eles próprios a sofrerem bastante com esta crise no setor), iremos certamente assistir ao definhamento das explorações cujo trabalho ainda permite a autossuficiência na produção de leite em Portugal, com consequências económicas e sociais previsivelmente complexas. Urge, portanto, uma mudança significativa das políticas para o setor.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Defenda na União Europeia a reposição do regime das quotas leiteiras, como iniciativa urgente e razoável para proteger Portugal e a UE em geral da grave crise, que se aprofunda, no setor do leite;
- 2 - Tome medidas concretas para influenciar a adoção de contratos entre a grande distribuição, a indústria e a produção, no sentido da obtenção de um preço mais justo e um tratamento digno para os produtores;
- 3 - Assuma, como objetivo imediato, atingir a curto prazo em Portugal um preço ao produtor semelhante ao da média comunitária;
- 4 - Tome as medidas necessárias para o esclarecimento dos consumidores sobre a boa qualidade do leite português.

Assembleia da República, 3 de março de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,